

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EMERGENCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA MITIGAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COVID-19 NO ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA – ILHEUS BAHIA

Carlos dos Santos Viana¹ Vanessa de C. C. Pamponet²

¹ Pós Graduando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. E-mail: viana.carlossantos@gmail.com

² Orientadora Professora Doutora do Curso de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. E-mail: vanessa.pamponet@ifbaiano.edu.br

Resumo

A presente análise teve como objetivo identificar os processos de organização e desenvolvimento dos arranjos produtivos locais dos assentados e assentadas da comunidade Nova Vitória em Ilhéus-Bahia, e como os Institutos de Desenvolvimento Ambiental e Humano (IDEAH) e o Instituto de Sustentabilidade, Bem Viver e Sociodesenvolvimento da Cultura Humana (BIOARTE) impactaram significativamente o conjunto de regras e procedimentos estabelecidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos Emergencial (PAA-Emergencial) diante do cenário da pandemia causada pela Covid-19. A natureza da pesquisa é o estudo de caso por meio da pesquisa-ação e análise de abordagem qualitativa. Inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, em seguida acompanhamento das reuniões, da organização das etapas das entregas dos produtos e ao propósito da análise das intervenções dos institutos IDEAH e BIOARTE e seus impactos na organização produtiva e no processo gerencial da comunidade. As práticas de produções promovidas para atender o programa contaram com o planejamento pedagógico e aspectos gerenciais do IDEAH e BIOARTE que influenciaram o surgimento de inovações na organização produtiva, estimulando, *a priori*, a “transição agroecológica” com objetivo de elevar a produção de alimentos por meio de ciclos rápidos e médios, em contraposição aos modelos tradicionais de referência ao agronegócio. As relações estabelecidas entre os assentados e assentadas e os agentes envolvidos no processo de execução do PAA-Emergencial permitiram o surgimento de padrões de mercado (programas institucionais, participações em feiras e redes de comercialização) mais próximos à realidade da comunidade. Ressalta-se que o acesso ao PAA-Emergencial também provocou mudanças na participação política das assentadas, no sentido que ampliou a visibilidade das mulheres na composição da renda familiar e na participação de novos projetos e editais por meio da participação da rede cooperativa.

Palavras-chave: IDEAH; BIOARTE, Assentamento Nova Vitória; PAA; Desenvolvimento Local.

Abstract:

The present analysis aimed to identify the processes of organization and development of the local productive arrangements of the settlers and settlers of the Nova Vitória community in Ilhéus-Bahia, and as the Institutes of Environmental and Human Development (IDEAH) and the Institute of Sustainability, Well Living and Sociodevelopment of Human Culture (BIOARTE) significantly impacted the set of rules and procedures established by the Emergency Food Acquisition Program (EMERGENCY PAA) in view of the pandemic scenario caused by Covid-19. The nature of the research is the case study through action research and qualitative analysis. It begins with a bibliographical research, then monitoring the meetings, the organization of the stages of product deliveries and the purpose of analyzing the interventions of the IDEAH and BIOARTE institutes and their impacts on the productive organization and the management process of the community. The production practices promoted to meet the program had the pedagogical planning and management aspects of IDEAH and BIOARTE that influenced the emergence of innovations in the productive organization, stimulating, *a priori*, the "agroecological transition" with the objective of increasing food production through fast and medium cycles, as opposed to traditional models of reference to agribusiness. The relations established between

the settlers and the agents involved in the process of implementing the PAA-Emergency allowed the emergence of market standards (institutional programs, participation in fairs and marketing networks) closer to the reality of the community. It is notepoint that access to the PAA-Emergency also caused changes in the political participation of the settlers, in the sense that it increased the visibility of women in the composition of family income and in the participation of new projects and edicts through the participation of the cooperative network.

Keywords: IDEA; BIOART, New Victory Settlement; PAA; Development Place.

INTRODUÇÃO

No período do início e do agravamento (maior média móvel de infectados e maior número de óbitos) da Covid-19, houveram diversas ações da sociedade civil, para criar meios de superação dos problemas sociais causadas pela pandemia. Por meio dos estados e municípios, houveram ações na execução de políticas públicas para combater as adversidades postas pela Covid-19, como a criação/adequações de programas, a exemplo de lançamento dos editais emergenciais para apoio à produção de alimentos como: o Programa de Aquisição de Alimentos Emergencial (PAA-Emergencial), que no caso da Bahia, teve a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) como executora, em colaboração de parceiros nos territórios, um dos quais, o Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Humano (IDEAH) em parceria com o Instituto de Sustentabilidade, Bem Viver e Sociodesenvolvimento da Cultura Humana (BIOARTE).

O universo empírico e lócus da pesquisa foi constituído, fruto de luta e reivindicações das famílias dos movimentos sociais que lutam pelo direito e acesso à terra, sendo amparadas pela política nacional de reforma agrária que por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desapropriou a fazenda Nova Diva, na cidade de Ilhéus – Bahia, transformando-a em Projeto de Assentamento Nova Vitória, no dia 25 junho 1999, sendo deferida a emissão de posse às famílias no dia 12 de abril de 2000.

As inquietações que originaram a pesquisa buscaram analisar as mudanças organizacionais que ocorreram na comunidade à medida que se deu o acesso dos assentados e assentadas ao PAA-Emergencial. Ressalta-se a necessidade desta pesquisa em entender os caminhos trilhados na intermediação e implantação desta política pública e de seu desdobramento para o desenvolvimento local, buscando compreender o impacto das atuações do IDEAH e do Instituto BIOARTE, para o desenvolvimento sustentável a partir do PAA-Emergencial no assentamento Nova Vitória, no contexto da pandemia da Covid-19.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de ações que visam atender determinados setores da sociedade em face aos problemas existentes. Para a garantia de sucesso em sua implementação se faz necessária uma cooperação entre governo e sociedade (SOUZA, 2003); essa cooperação entre poder público e sociedade foi nomeada por Evans (1993) como sinergia, que é a relação de engajamento entre as partes, com vista ao reforço mútuo de suas metas.

As políticas públicas são ações do Estado que orientam, por meio do emprego de normas e métodos, a elaboração e execução da administração pública sobre as regras, os conflitos de interesse e relações de poder entre os atores sociais envolvidos; e os recursos necessários para se ofertar os bens e serviços públicos que se desejam fomentar (TEIXEIRA, 2002).

O âmbito das políticas públicas é diverso e estudado por várias ciências sociais, sendo uma delas a economia, neste ramo científico há diversas correntes, valendo destacar que a Escola Clássica (a qual influenciará o neoliberalismo) aponta que o estado não deve intervir na economia, e que as ações do mercado são suficientes para garantir um ganho social; por outro turno a Escola Keynesiana vem apresentar proposições de intervenção estatal para o alcance do desenvolvimento (TEIXEIRA, 2002).

Noutras palavras, Ramos (2015, p.01), afirma que:

Cabe ressaltar que ao Estado era delegada (conforme os preceitos da Escola Clássica) a função de mediar as relações econômicas entre os agentes, e assim se galgaria rumo ao pleno emprego. Na insuficiência desta perspectiva frente aos acontecimentos iniciados, sobretudo, na década de 1930, emerge-se o keynesianismo, e o Estado passa a ser o fomentador e elemento indispensável do desenvolvimento econômico (e social). Tem-se então um princípio das políticas públicas, todavia, há uma grande concentração/centralização do poder no aparelho estatal, que articula então uma verticalização no fomento à formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

No Brasil tal realidade passou a se modificar após a constituição de 1988, por meio da Reforma do Estado, onde se alterou a relação entre Estado e o território nacional. Com a afirmação dos princípios democráticos ocorreu a descentralização e

o caráter moderador da Máquina Pública (BONNAL; KATO, 2011).

Com essa reforma administrativa do Setor Público, há a regionalização administrativa com a inserção dos estados, regiões e municípios no planejamento, responsabilização e execução da prestação de serviços e bens públicos para a sociedade, a qual passa a ter cada vez mais importância na tomada de decisão e prática das ações das políticas públicas, por meio de entidades organizadas da sociedade civil (principalmente) o que reafirma a democratização do Estado Nacional (PITA RAMOS, 2015).

As políticas públicas possuem diversas tipologias, comumente ligadas aos setores em que atua, como industriais, sociais, agrícola, entre outras. As políticas voltadas para o meio rural no Brasil existem desde o período conhecido como “Revolução Verde”, a qual previa a industrialização no campo, com uso extensivo de agrotóxicos (defensivos e adubos químicos) e mecanização agrícola.

Mas, é somente a partir da década de 1990, com uma modificação da visão fordista (a qual via a produção agrícola como uniforme e integrante ao complexo econômico nacional, e produtora de matéria-prima e alimentos), que as outras perspectivas que envolvem a produção (relações sociais, trabalhistas, ambientais, etc.) e o setor agrícola se apresenta como importante o desenvolvimento socioeconômico do país (PITA RAMOS, 2015).

Daí o país passa a formular políticas mais realistas ao contexto do campo brasileiro, as quais passaram a auxiliar e fomentar a produção que atualmente reconhecemos como sendo da agricultura familiar, obtendo-se ao longo dos anos reflexos positivos no desenvolvimento agrícola do Brasil, devendo-se isso aos marcos institucionais por parte do governo, em suas diversas instâncias (BONNAL; KATO, 2011).

Fernando Henrique Cardoso em seu governo neoliberal promoveu uma política que rompeu definitivamente com o desenvolvimentismo (de influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e experimentada em governos no pré-golpe de 64) e ampliou a dependência brasileira à política externa, motivado pelos interesses do capital e pela elevação de recursos internacionais disponíveis (PITA RAMOS, 2015).

Com os grandes problemas enfrentados pela agricultura brasileira, somando-se a isso a imensa insatisfação social e pressão de movimentos de esquerda, sobretudo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

(que representava os pequenos produtores), há ainda em 1994 a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP) (SOUSA, 2009; MESQUITA, 2011).

Esse programa viria, posteriormente a transformar-se no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1995 através da Resolução 2.191, sucedida em 1996 pelo decreto presidencial de nº 1.946. (SOUSA, 2009; MESQUITA, 2011).

O PRONAF é uma política direcionada aos agricultores familiares, mas em seu primeiro ano houve apenas ações de crédito para custeio, somente em 1997 é que esta passa a operar em todo o território nacional e a operar ações referentes a investimento (BNB, 2012)

A forma de acesso por parte dos produtores ao crédito do PRONAF funcionava por meio de bancos comerciais, com o governo cobrindo a diferença dos juros, ou seja, o crédito rural se igualava aos demais setores da economia (MÜLLER, 2007).

Ainda em 1997 foi criado outro mecanismo desenvolvido em meados dos anos 90 foi a Cédula de Produtor Rural (CPR) (REDIN e FIALHO, 2009).

Cabe mencionar que durante esse período (até meados da década de 90) ainda eram poucas as discussões sobre a agricultura familiar, tendo essa nomenclatura sendo apresentada pela primeira vez em 1991 por Ricardo Abramovay, em sua tese de doutorado. José Eli da Veiga (1994) a reforça em estudo realizado para a Organização para Alimentação e a Agricultura (OAA). Dessa maneira, não é difícil entender a pouca disponibilidade de ações governamentais para este setor, o qual sequer era categorizado (PITA RAMOS, 2015).

Os termos utilizados para este seguimento eram: pequeno produtor, produção de pequena renda, agricultura não-comercial, entre outros, o que demonstra os reflexos das políticas este segmento (BNB, 2012).

Vale destacar, que como haviam dificuldades para que os pequenos agricultores acessassem o PRONAF foi lançado pelo governo (após mobilização do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA) o “Pronafinho”, que era uma linha específica para o atendimento a pequenos produtores rurais próximos a linha da pobreza; isto porque os recursos ficavam concentrados para os produtores de maior disponibilidade financeira, que em sua maioria se localizavam na região Sul do país (GRISA, 2010; REDIN e FIALHO, 2009).

Noutras palavras, Pita Ramos (2015, p.31), afirma que:

A agricultura familiar compreende um amplo segmento social de produtores, que constituem subgrupos com peculiaridades e necessidades específicas. Por esse motivo foram criadas ao longo da execução do PRONAF linhas distintas de financiamento, para fins específicos (como pesquisa e extensão rural, capacitação, infraestrutura, e a produção de atividades rurais específicas e de cuidado para com o meio ambiente).

Somente em 2006, através da Lei nº 11.326, a agricultura familiar passa a ser regulamentada como segmento produtivo, carecendo da institucionalização de ações governamentais específicas para o seu atendimento (BNB, 2012).

Para ter acesso às ações/recursos do PRONAF é essencial ao pequeno produtor estar enquadrado nos requisitos da lei supracitada, e ser portador da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que funciona como documento de identificação dos/as agricultores/as familiares. A DAP é emitida em cada localidade por uma entidade oficial de assistência técnica e extensão rural credenciada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), (BNB, 2012).

Durante o governo Lula foram ampliadas políticas sociais no país, ações direcionadas a diminuir a pobreza, e facilitar o processo produtivo dos pequenos produtores brasileiros, além de possibilitar a segurança alimentar aos que se encontram em vulnerabilidade social e econômica.

Destarte, Pita Ramos (2015, p.03), afirma que:

Desse modo, há no Brasil o Programa Fome Zero (PFZ), o qual visa garantir o direito à alimentação e inclusão social, contribuindo com a segurança alimentar da população mais vulnerável. O PFZ atua a partir de quatro eixos articuladores (acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e articulação; e mobilização e controle social), os quais possuem programas para que se alcancem seus objetivos, dentre os quais, encontra-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa o desenvolvimento da agricultura familiar via geração de renda no meio rural.

O PAA trata de dois problemas principais, a demanda por alimento aos menos favorecidos e às necessidades do mercado para os produtos da agricultura familiar (GRISA et al. 2009). O que por sua vez, fortalece o desenvolvimento local porque o âmbito de execução é focalizado. E nesse sentido nos seus vastos estudos Buarque (2004), trabalha essa correlação e que estes elementos se completam.

Destarte, Buarque (2004, p.25 e 26), apresenta que:

um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e

contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade”.

Conforme apontado por Buarque (2004) o desenvolvimento local depende de uma organização interna em determinada localidade, isso não significa que não sejam essenciais condições exógenas favoráveis para potencializar os aspectos endógenos.

Cabe lembrar, ainda, que segundo este autor o desenvolvimento está relacionado à conciliação entre organização econômica e conservação do meio ambiente. E é por isso que compreendemos que o PAA é essencial para esse movimento, uma vez que permite ao homem do campo o recebimento por sua produção (aspecto econômico), e como está em sua grande maioria, quando se trata sobre a agricultura familiar, é uma produção agroecológica (aspecto ambiental), sem maiores agravos ao meio ambiente, sem uso de defensivos e adubos sintéticos.

Segundo Altieri (1989, p. 53-54 *apud* Feiden) “A agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia”¹, reforçando essa ideia temos que “(...) a Agroecologia é uma ciência integradora de diferentes conhecimentos” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 06).

Corroborando com estes aspectos da agroecologia a Teia dos Povos apresenta uma discussão, que segundo Viana (2017a, 2017b) como:

Devemos desconstruir o tecnicismo perigoso, para defender uma agroecologia que une os povos e saberes, para garantir saúde dos nossos alimentos, solos e águas, das nossas relações sociais, da nossa identidade cultural, espiritual e ancestral.

Contudo, para a Teia dos Povos, a “Agroecologia” nada mais é que um conceito acadêmico para definir o resgate à forma como nossos ancestrais cultivavam e se

¹ Para maiores informações sobre o conceito de agroecologia ver: ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. Ed. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989, 240 p. e ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária; AS –PTA, 2002, p. 592.

relacionavam com a terra e com o seu modo de vida. De outra maneira, a “Agroecologia” e seus saberes tradicionais vêm como proposta prática e política ao enfrentamento da imposição capitalista (SANTOS; VIANA; 2020).

Portanto, segundo os autores (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014), nessa medida, entendemos a agroecologia, como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes, que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhe extraordinário progresso científicos e tecnológico dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos o que é fundamental, básico, indispensável em qualquer escala.

POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E O PAA

A política de segurança alimentar começou a se desenhar no Brasil antes da eleição que viria a eleger um de seus idealizadores. As propostas de uma política que visava promover a segurança alimentar e nutricional no país, foram elaboradas pelo Instituto Cidadania (o qual era dirigido por Luís Inácio Lula da Silva) e implementadas nos períodos iniciais do Governo Lula (TAKAGI, 2006).

Uma das primeiras ações desse governo para tratar sobre o tema foi a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome - MESA, e a revitalização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) ² (órgão de assessoramento do Presidente da República, composto por membros da sociedade civil e de ministérios), os quais contribuíram para com os objetivos propostos pela política de segurança alimentar, via PFZ, e permaneceu como prioridade do governo ao longo de seu mandato (TAKAGI et al. 2007).

O Fome Zero traz consigo a visão de que se trata de um direito humano o acesso à alimentação, e para garanti-lo fez-se necessário programas e ações inter-setoriais e complementares (na área de saúde e educação) para superar a criação de medidas compensatórias que aconteciam de maneira isolada e pontualmente (PITA RAMOS, 2015).

Bem como, Pita Ramos (2015, p.39), afirma que:

² Em 1991 o “Governo Paralelo” iniciativa do Partido dos Trabalhadores, apresentou uma proposta para uma Política de Segurança Alimentar Nacional que serviram como fundamentos para a criação do CONSEA em 1993, e trouxe como tema prioritário à agenda das políticas sociais brasileiras às ligadas a fome e a questão agroalimentar (MALUF et al. 1996).

Para tentar garantir um bom funcionamento do PFZ em sua articulação institucional, há a participação integrada de ministérios e outros órgãos do governo na instância federal, estadual e municipal, além da gestão participativa através da criação de conselhos de segurança alimentar e nutricional (também nos três níveis) [...] O governo federal além de articular essas políticas sociais com os ditos ministérios, conta também com a parceria dos estados e municípios e com a participação da sociedade, para implementar programas e ações que buscam superar a pobreza e, por conseguinte, a desigualdade de acesso à alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna e regular.

Pelo seu caráter participativo, a política de segurança alimentar e nutricional traz em si a possibilidade de auxiliar na formação do “sujeito social”, com possibilidades de dar direção ao seu destino e compreender a pobreza como injustiça social, uma vez que a pobreza está diretamente ligada a concentração de renda. A partir dessa constatação podemos analisar então a pobreza (no caso brasileiro) como um problema político, uma vez que as ações do Estado, na maior parte da história nacional, beneficiaram os ricos do país, em detrimento do descaso aos que se encontravam às margens da sociedade no campo e na cidade (DEMO, 1996).

Igualmente assim, Pita Ramos (2015, p.40), reflete que:

Devido a essa grande concentração de políticas para benefício dos grandes produtores rurais verificou-se no Brasil uma distância cada vez maior entre os latifundiários e os minifundiários, os quais inclusive passaram a ser permitidos às margens dos grandes lotes estrategicamente para a produção de alimentos para o abastecimento doméstico (as políticas além de serem voltadas aos grandes produtores priorizavam a exportação). Aqui já se faz presente a interligação entre produção agrofamiliar e segurança/soberania alimentar, visto que os latifundiários ligados ao *agribusines* há o direcionamento para a monocultura visando a exportação, enquanto que por outro turno a agricultura familiar vêm produzindo a maior parte dos alimentos que compõe a cesta dos brasileiros

O PFZ atuava baseando-se em uma rede que integrava diversos ministérios, possibilitando uma sinergia que garante melhores resultados para o acesso à alimentação, geração de ocupação e renda, melhoria nas condições de saúde, educação, saneamento. Essa rede ministerial inclui o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; da Saúde; Educação; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o de Trabalho e Emprego; Ciência e Tecnologia; o Ministério da Integração Nacional; o do Meio Ambiente; além dos Ministérios da Justiça e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Fazenda.

O governo federal além de articular essas políticas sociais com os ditos ministérios, conta também com a parceria dos estados e municípios e com a participação da sociedade, para implementar programas e ações que buscam superar a pobreza e, por conseguinte, a desigualdade de acesso à alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna e regular (PITA RAMOS, 2015).

Como já foi dito, o Fome Zero atua a partir de quatro eixos articuladores, os quais: acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e articulação; e mobilização e controle social.

O primeiro destes eixos contém programas e ações de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à informação e educação. O segundo busca o desenvolvimento de ações específicas na agricultura familiar, promovendo a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo. Já o terceiro eixo procura incentivar a economia solidária e desenvolver ações de qualificação da população de baixa renda no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho. O quarto e último dos eixos do PFZ objetiva estimular a sociedade a firmar parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional (PITA RAMOS, 2015).

Um dos programas/ações estruturantes pertencentes ao segundo eixo do PFZ é o PAA, o qual através da produção da agricultura familiar é possibilitada a compra, formação de estoque e distribuição de alimentos para a parcela da população que se encontra em estado de insegurança alimentar. Assim, é possibilitada a inclusão social e econômica no campo, e de pessoas em estado de vulnerabilidade social, já que os produtos também são distribuídos em hospitais e entidades beneficentes.

O PAA definiu-se enquanto um Programa inter-setorial, quando de sua criação, tendo o CONSEA acompanhando sua formulação e implementação, além doutras organizações da sociedade civil que realizam o controle social (através de suas representações no próprio CONSEA, além do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), e nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Em sua organização há um Grupo Gestor composto pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); da Fazenda (MF), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Desenvolvimento Agrário (MDA); e recentemente, pelo Ministério da Educação (MEC), grupo este que se responsabiliza pela definição das medidas necessárias à operacionalização do Programa (PITA RAMOS, 2015).

Vinculado ao MAPA encontra-se a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) como membro gestor executor, somando-se nessa função com os Estados, Municípios; além de grupos gestores locais compostos por organizações de agricultores (cooperados, associados, entre outros) e outras entidades que administram seus projetos (PITA RAMOS, 2015).

O PAA é implementado atualmente com recursos do Ministério da Cidadania, atuando em cinco modalidades, através de parcerias com a CONAB, governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores do Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), (BRASIL, 2022).

A estruturação do PAA se encontra em cinco modalidades, sendo que desde 2006 duas dessas modalidades passaram a ser operacionalizadas com recursos destinados pelo MDA, as quais: Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Compra Direta da Agricultura Familiar; e com recursos orçamentários do MDS são executadas as modalidades Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite; a outra modalidade, Compra Institucional, é executada com recursos da proponente (BRASIL, 2012).

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS COM DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Quando objetivos comuns estão relacionados ao desenvolvimento econômico e permeado de interesses sociais, econômico e políticos podemos dizer que estamos tratando de Arranjos Produtivos Locais. Segundo (LASTERS e CASSIOLATO, 2003) pode-se entender como Arranjos Produtivos Locais-APL “Aglomerações territoriais de agente econômicos, políticos e sociais – como foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculo os mesmo que incipientes”.

Embora o conceito APL’s serem utilizadas em várias áreas, estes envolvem interações entre empresas, produtoras de bens e serviço assim como fornecedoras de insumos, equipamentos, entre outros. Incluem também organizações pública e privadas voltadas ao crédito, capacitação e formação de recursos humanos (LASTERS e CASSIOLATO, 2003).

Por sua vez, podemos entender conforme discutem (TIZZIOTTI, TRUZZI, BARBOSA; 2019) que a formação dos APL’s não depende somente de planos futuros,

mas, faz parte de uma trajetória histórica, marcada por uma contínua construção de identidades que se consolidam pela criação de vínculos territoriais que podem ser locais ou regionais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. De outra forma, estes autores, versam ainda, que o Arranjo Produtivo Local APL's tem sido estabelecido como uma relação que vai além da presença de um conjunto de empresas, ganhando característica de influência e ações de diversos atores locais. Este dinamismo, comprime a ideia de sua capacidade e competitividade, em movimentar organizações governamentais e organizações da sociedade civil, (TIZZIOTTI, TRUZZI, BARBOSA; 2019).

Por analogia, tal qual os APL's é vista e debatida dentro do cenário da agricultura familiar como um elemento propulsor das dinâmicas sociais e interações sociais que geram aprendizagens e formação e qualificação dos atores sociais, produção e sistemas produtivos do campo por meio da formação de redes e parcerias com organizações sociais e organizações não governamentais dentre outras. Em tese, podemos entender que ao organizar a produção, planejar ainda que de forma improvisada, está se desempenhando os APL's que adotam a diversificação na composição do mosaico do sistema produtivo com posterior inovação tecnológica, e, é nessa prática que os sujeitos do campo vão aumentando a sua produção e consequentemente a oferta de alimentos a população urbana.

Assim também, para (LASTERS e CASSIOLATO, 2003), os elementos históricos, econômicos, culturais e sociais de um território, também é o seu reflexo de dominação produtiva.

De conformidade com Lasters e Cassiolato (2003, p.4), podemos entender que:

A formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente associado a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis a interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas podem contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longos prazo.

Nesse sentido para entendermos melhor como ocorrem as configurações das APL's a partir da perspectivas da lei de PNATER, bem como do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), é que são necessários políticas públicas que apoiem, qualifiquem, aprimorem e incentivem as iniciativas de APL's no meio rural, respeitando os contextos locais e direito a vida com dignidade no campo local

escolhido para se viver e reprodução das suas formas de vida integrada e integrante com a natureza. Mas, que ao mesmo tempo, sejam espaços capazes de ao diversificarem sua produção, propiciem mecanismos e políticas públicas de inseri-los em mercados e redes de comercialização, com o aumento da renda e da qualidade de vida. De modo que, essa afinidade entre propor estratégias e ações integradas que sustentam as relações econômicas de produção e consumo, a qualidade de vida das famílias e a sustentabilidade ao longo de todo processo.

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos por esta pesquisa, optou-se por um estudo com abordagem qualitativa, que em seus estudos Minayo (2004), afirma que a pesquisa qualitativa envolve metodologias capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas. Quanto à natureza, esta pesquisa classifica-se como estudo de caso, por meio da pesquisa-ação. Nesse sentido, para Demo (1992), podemos entender que a pesquisa-ação, refere-se a um tipo especial de produção de conhecimentos, comprometida com a ação-intervenção no espaço social em que realiza a investigação, corroborando igualmente nesse sentido, é um processo de investigação e ação sobre uma determinada realidade, ou podemos entender como a “realidade concreta da vida cotidiana” (BRANDÃO, 2005). Enquanto o estudo de caso, se configura, um estudo intensivo de um caso objetivando-se descoberta de determinadas relações ou fatos correlacionados ou não (TRIVIÑOS, 1995).

Para proceder à coleta de dados no Assentamento Nova Vitória em Ilhéus – BA, conforme (Figura 1), foi realizada, em um primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica acerca com intuito de conhecer e fundamentar o objeto de estudo. Pois ao entender, que a pesquisa bibliográfica vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente, que significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico (LIMA e MIOTO, 2007).

No segundo momento foi realizado acompanhamento das reuniões da PNV conforme e aplicação de questionários semi-estruturados com objetivo de se investigar a realidade, no momento da reunião, foi explicado sobre a pesquisa e solicitado a assinatura do termo de autorização de uso de imagem para finalidade deste estudo. No terceiro momento foi acompanhado a organização das etapas das entregas dos produtos com a finalidade de observar os aspectos da gestão, logística, bem como análise da chegada dos produtos com qualidade em virtude das péssimas estradas do campo. No quarto momento, foi analisado como a intervenção de acompanhamento dos institutos IDEAH e BIOARTE causaram alguma influência e impacto na organização produtiva, na participação dos sujeitos no processo gerencial da comunidade.

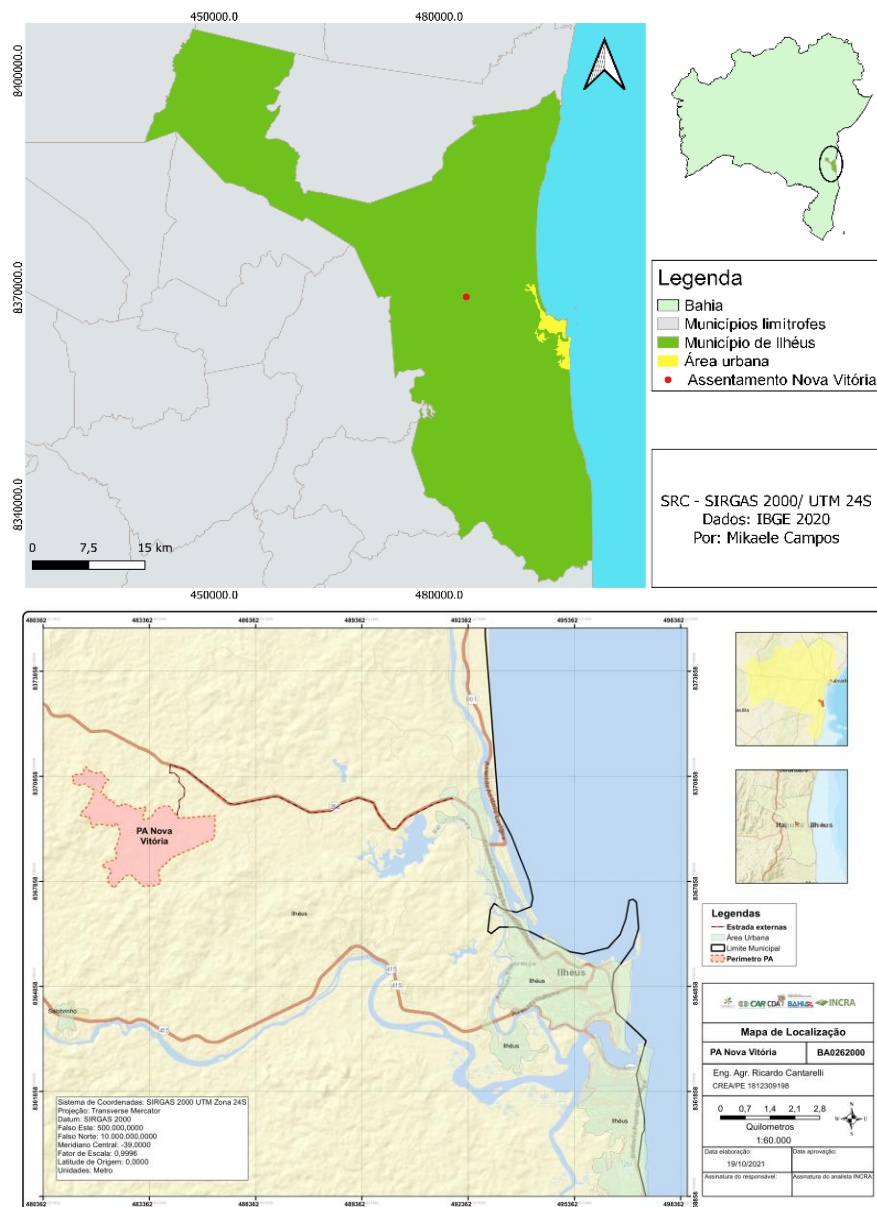


Figura 1 - Localização do Assentamento Nova Vitória. (Fonte: elaborado pelo autor, 2021)

O universo empírico e lócus da pesquisa foi constituído fruto de luta e reivindicações das famílias dos movimentos sociais que lutam pelo direito e acesso à terra sendo amparadas pela política nacional de reforma agrária que por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desapropriou a fazenda Nova Diva, na cidade de Ilhéus – Bahia, transformando-a em Projeto de Assentamento Nova Vitória no dia 25 junho 1999, sendo a emissão de posse às famílias no dia 12 de abril de 2000.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Organização Mundial de Saúde (OMS) diante do cenário de pandemia mundial orientou que uma das formas de conter o avanço e disseminação do vírus da Covid-19 (SARS-CoV-2) seria o isolamento social, apoiando e disseminando a campanha “#FICAEMCASA” (OMS, 2021). Esta medida afetou toda uma rede socioeconômica, pois os países pelo mundo pararam suas atividades, e nesse cenário, os mais pobres e vulneráveis tiveram suas rendas comprometidas e consequentemente o acesso a uma alimentação adequada, aumentando os cenários de pobreza. Para isso, a maioria dos gestores mundial com a finalidade de conter a população em casa, foram obrigados adotarem um pacote de medidas, dentre elas, a transferência de renda que assegurasse as condições de sobrevivência em especial da população mais pobre.

O Estado Brasileiro, tomou medidas para mitigar a crise decorrente da pandemia, como a liberação de 1,2 trilhões do Banco Central para renegociação de prazos para créditos já concedidos, (JORNAL BRASIL, 2021).

Por certo, o Jornal Brasil (2021), apresenta:

De acordo com os números apresentados dia 4 de março pelo presidente do Banco Central, Roberto de Oliveira Campos Neto, em “live” para os alunos da Escola de Administração de Negócios da Universidade de Chicago, dos R\$ 1,274 trilhões liberados em compulsório até abril do ano passado, os bancos só converteram R\$ 427,1 bilhões em empréstimos. Ou somente 33,5%. A diferença de R\$ 846,9 bilhões (ou 66,5% do total liberado) foi engordar o caixa dos bancos e ficou na tesouraria para recuperar a liquidez de cada um.

Também foi aprovado o auxílio emergencial para os mais pobres e para os autônomos e microempreendedor individual, no montante de valor de R\$ 293,1 bilhões à quase 68 milhões de pessoas.

O PAA Emergencial se emerge na luta dos diversos setores dos movimentos sociais como: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), dos deputados de oposição e ligados aos movimentos sociais, da CONTAG, do CONSEA, que diante do cenário articularam uma proposta para atenderem as famílias no campo.

A proposição da PL 735/2020 - Lei Assis Carvalho foi aprovada diante da enorme pressão, com a finalidade de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19, de combate à fome, a miséria e a pobreza (Figura 2). Com aporte de dotações orçamentária para criação do PAA Emergencial com destinação de diversas emendas impositivas dos deputados federais para executarem em seus Estados, propiciando um socorro às comunidades rurais com a possibilidade de um mecanismo de vendas das produções existentes, uma vez que as comunidades do campo perderiam tudo e agravaria ainda mais as realidades das famílias camponesas brasileira (BRASIL, 2020).



Figura 2 – Luta dos Movimentos Sociais pelo Projeto de Lei - PL735
Fonte: Retirada do site Fbssan³

³ Disponível em: < <https://fbssan.org.br/2020/08/movimentos-da-sociedade-civil-pressionam-senado-para-aprovacao-do-pl-da-agricultura-familiar/> >. Acessado em: 15/12/21.

Na Bahia o programa é implementado por meio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), fruto de emendas parlamentares, de Deputados baianos e do Senador Jaques Wagner, por meio da modalidade Doação Simultânea, sob a Proposta de número 000.006.495/2020.

Onde para sua execução foi buscada parcerias por meio da articulação com movimentos sociais, prefeituras, OSCs, Sindicatos, Consórcios Públicos, entre outros. Dentre as entidades articuladoras/parceiras para a execução do PAA Emergencial nos municípios há o IDEAH em parceria com instituto BIOARTE, o qual articulou a execução do programa nos municípios de Camamu, Gongogi, Ilhéus, Itabuna, Jussari, Canavieiras e Uma (Figura 3).

Por outro lado, o PAA Emergencial permitiria às famílias em vulnerabilidade no meio urbano o acesso a uma alimentação adequada, balanceada aos mais necessitados por meio dos produtos da agricultura familiar, igualmente encontrado nos estudos dos autores Pita Ramos, (2015); Takagi et al. (2007), que ressaltam estes parâmetros com inerentes e consubstancial a execução das etapas do PAA e seu caráter inclusivo no campo e cidade.



Figura 3 - Etapas da Execução PAA Emergencial no Assentamento Nova Vitória.
Fonte: fotos, próprio autor⁴

⁴Aprovação da proposta, reunião com as beneficiárias, orientação da qualidade e quantidade dos produtos, organização da logística e transporte dos produtos, distribuição às famílias vulneráveis cadastradas pela unidade recebedora Renascer em Itabuna.

O PAA Emergencial foi se consolidando enquanto organização produtiva no Assentamento Nova Vitória em Ilhéus, Bahia primeiro em virtude do cenário enfrentado de pandemia da Covid-19, que ao reduzir a circulação da população, atingiu em cheio a queda nas vendas nas feiras livres e em porta em porta, dentre outras. Por outro lado, os assentados e assentadas ao serem inscritas no projeto viram as oportunidades de escoarem sua produção que até então encontrava se parada como uma das saídas.

A organização produtiva, em consonância com apontamentos de Lasters e Cassiolato (2003), foi possível analisar, por exemplo, que na perspectiva do PAA Emergencial e sobre esta ótica, trouxe uma contribuição a partir das mudanças geradas na organização produtiva dos assentados e assentadas, principalmente no que se refere à diversificação nos arranjos produtivos, a organização da logística, das relações interpessoais e institucionais entre a entidade fornecedora dos produtos e a unidade recebedora que direcionar e organiza a distribuição às famílias vulneráveis, com todo este processo é possível entender como funciona ainda que de forma superficial os mercados.

Ao tempo, que o andamento do projeto fora acontecendo, os assentados e assentadas iniciaram o processo de organização produtiva, buscaram alternativas de logísticas, de higienização, de pesagem, embalagem dos produtos seguindo os rigores das orientações sanitárias. Por sua vez, começaram a diversificar as suas produções para atenderem ao caráter emergencial do que exigia produtos de qualidades, em oferta suficiente para atenderem as famílias em situação de vulnerabilidade social no meio urbano (Figura 4). Esta oportunidade, possibilitou a inclusão de novas variedades de cultivares de ciclo rápido e médio prazo, além de garantir o escoamento das safras de produtos da época, potencializando os arranjos produtivos locais e suas diversificações, assim sendo, conforme versa os estudos de Tizziotti, Truzzi, Barbosa (2019), que está dinâmica, comprime a ideia de sua capacidade e competitividade, em movimentar organizações governamentais e organizações da sociedade civil.



Figura 4 - Etapas da Organização Produtiva no Assentamento Nova Vitória.
Fonte: fotos do próprio autor, 2021

Um aspecto que se destaca na consolidação dos arranjos produtivos além das já citadas, são também as práticas de manejo dos solos, são etapas, com destaques para: a capina e utilização desta cobertura para proteção do solo e aumento da matéria em decomposição e posteriormente matéria orgânica e húmus, produção de compostos orgânicos utilizando restos culturais, propiciando o aprendizado defensivos naturais para utilizarem em casos de algum desequilíbrio ou ataque severos de alguma espécie de isento que causasse algum dano econômico, a partir das oficinas e dia de campo, como bem ilustradas em conformidade aos estudos de Caporal e Azevedo, (2004), pois os aspectos da agroecologia trata os espaços de produção como parte integrantes da reprodução à vida da agrobiodiversidade e fertilidade do solos.

Para os autores Tizziotti, Truzzi, Barbosa (2019) e de Lasters e Cassiolato, (2003), que trabalha a concepção dos sistemas produtivos por meio das trajetórias históricas e a formação de vínculos locais a partir do referencial cotidiano socioeconômico. As afirmações desses autores também foram confirmadas no Assentamento Nova Vitória, a partir da organização da produção potencializou os arranjos produtivos, mas também, possibilitou uma reorganização política da

comunidade que passou a se reunir com mais frequência, discutindo as dificuldades que alguns estavam encontrando no aspecto produtivo, bem como, ao mesmo tempo, também compartilharem experiências de aumento das suas produções e das técnicas utilizadas sobre orientações dos Institutos IDEAH e BIOARTE, ressaltando ainda, o entendimento da importância de se relacionarem com outras comunidades que atuam e comercializam seus produtos em outras plataformas e em redes indubitavelmente conforme ao (PNATER, 2010) que versa essa dinâmica com a realidade social de cada localidade. Por sua vez, foram incluídas nas escritas dos projetos, via editais dos órgãos governamentais e não governamentais, que apoiam as iniciativas dos assentamentos a aumentarem a sua produção e sua comercialização e difusão de inovação tecnológicas.

Somadas a todas estas práticas estava o embrião e nascedouro do entendimento por partes da comunidade da importância de estarem realizando uma transição da produção convencional, do uso excessivo de fertilizantes químicos, de agrotóxicos o que por sua vez estava adoecendo as suas áreas e ofertando alimentos cada vez mais contaminados. Deste modo, estas práticas de atendimento ao PAA Emergencial, faz uma guinada no entendimento da produção por meio das práticas de produção de adubos e defensivos naturais, no aumento e elevação da produção e produtividade e vai promovendo a desconstrução de anos e anos repetidos e falados de que para se produzir mais era necessária utilização das práticas e técnicas convencionais, demonstrados nos estudos de Machado e Machado filho (2014) que apresenta a necessidade da desconstrução destes conceitos para resgatar a cidadania dos pequenos, pode-se também produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, com outros métodos.

Por certo, a participação dos assentados e assentadas na proposta promoveu ainda que de forma inicial e pela utilização destas novas experiências um começo na caminhada da transição agroecológica da produção com garantia de renda, com a elevação da produção e com a quebra e enfrentamento de paradigmas do novo, do estranhamento, das aberturas pedagógicas à novas aprendizagens sem perderem as suas características locais e seus costumes.

É possível ressaltar que um aspecto muito importante da organização produtiva foi a inclusão social das mulheres assentadas, uma vez que na confecção das propostas foram inseridas mais mulheres que o teto obrigatório de 40%, e isto fez com que as assentadas comessem a entender o seu papel enquanto parte

preponderante na composição da renda familiar, pois com o seu trabalho contabilizado elas agora se emergiam como protagonistas da comercialização em posição e orientação ao grande debate travada e orientado pela ANA, (ANA, 2019). O que por sua vez, também altera as relações de entendimento e acesso aos bens necessários das famílias, pois elas iniciam os seus processos de autonomias e compartilhamentos das decisões nas aquisições dos itens necessários às produções, mas também ao destino dado aos recursos recebidos em contas específicas de cada beneficiária.

O PAA Emergencial e a sensibilidade das equipes técnicas dos institutos IDEAH e BIOARTE, promovem um enfretamento silencioso nas questões de fundo ao incluir e superar em muitos casos como no da comunidade Nova Vitória o número de participantes de mulheres com beneficiárias direta do projeto em mais de 60%, isto porque alavanca e quebra também no meio rural, essa situação paternalizada e centrada na figura familiar do homem assentado como sendo o provedor, “chefe de família”, ao tempo que as práticas tradicionais de produção, os modelos de avaliação das políticas públicas, de acompanhamentos técnicos tradicionais não mensurava e nem valorizava na maioria dos casos as mulheres e os filhos na composição da renda familiar e também na partilha das decisões (PNATER, 2010). O enfrentamento a esta desigualdade entre homens, mulheres e filhos, nas tomadas de decisões no campo, também afeta o entendimento da composição da renda da unidade de produção familiar o que necessita ser trabalhado pelas equipes que acompanham as famílias beneficiadas na proposta, conforme podemos refletir a luz da (ANA,2019), que traduz em seus debates e estudos que sem a participação equânime das mulheres não pode haver agroecologia e nem modelos de produções sustentáveis.

As mulheres beneficiadas ao logo do projeto vem se protagonizando ainda mais ao tempo que as assentadas agora, sonham em terem um projeto apenas das mulheres para valorizarem ainda mais as suas produções, retomaram os coletivos de mulheres e reorganizaram a associação das mulheres do Nova Vitória, uma conquista sem dúvida muito importante. Ressalta a este entendimento, que em quase todas as gestões da associação geral da comunidade, o número de mulheres na diretoria é muito reduzido, ao termino da proposta do PAA Emergencial, um grupo de mulheres também resolveram participar mais ativamente como também relataram que iriam lançar uma chapa tendo como concorrente ao cargo de presidenta da comunidade uma mulher, corroborando com os estudos de Ramos, (2015), em que o PAA é uma

importante ferramenta acessos as políticas públicas e inclusão de atores sociais antes invisíveis, mas importante ao desenvolvimento local sustentável.

Por sua vez, o PNATER (2010), traz em seu escopo a necessidade das entidades que atuam com assistência técnica e apoio a produção, a articulação das famílias para acessarem as políticas públicas e os mecanismos existentes que possam promover inclusão e melhoria da qualidade de vida, portanto, é imprescindível, acesso ao crédito. Nesse sentido, outras ações que acontecem, e interconectam, após os desdobramentos do PAA Emergencial, uma delas, foi a identificação das DAP vencidas no PNV, ou seja, mecanismo importante para ingresso e acesso aos diversos programas e políticas públicas. Deste modo, foi articulado com o INCRA e BAHATER, a reativação das DAP, isto posteriormente a inclusão destas famílias no programa. Outro aspecto importante, foi a articulação do acesso ao crédito, primeiro por meio de um levantamento com vista a saber quem estava apto, posteriormente com os encaminhamentos das propostas técnicas à Associação Taboa Fortalecimento Comunitário (TABÔA), que destinou a liberação para 20 (vinte) famílias, cada uma, segundo ao projeto técnico e capacidade produtiva instalada, o que acumulou um montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para subsidiar o processo produtivo com ênfase na produção sustentável. Também, foi articulado com o INCRA, após um levantamento, o acesso ao “fomento mulher” contemplando a todas assentadas que estão cadastradas no assentamento, com um montante de R\$ 120.000 (cento e vinte mil reais) (Figura 5).



Figura 5 - Acesso ao Crédito do Tabôa. Fonte: fotos própria do autor, 2021

O PAA Emergencial fez com que a comunidade Nova Vitória participasse de novos editais inclusive sendo aprovado em dois projetos em rede por meio da Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária e Agricultores Familiar da Bahia (COOPAFEBA) em parceria com o Instituto BIOARTE, sendo estes: os Quintais Produtivos e da Recuperação de Cacau, com ênfase na Cabruca (Produção sob Floresta) e na produção de Alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se ressaltar que a implementação do PAA Emergencial foi uma construção social. Foi um misto de intensas relações de trocas e aprendizagens, mas, ao mesmo uma possibilidade de avançar um passo importante no aspecto da superação dos gargalos da comercialização em escala e direcionada a um mercado de compra institucional de alimentos. No contexto analisado, o programa induziu o aumento da produção; a atenção à qualidade dos produtos, a gerencia financeira e organizacional da logística, valorizou o trabalho familiar e contribuiu para introdução de práticas agroecológicas e diversificação da produção.

Os desafios enfrentados nesta pesquisa foi construção embrionária da organização da produção com aspecto agroecológico que atendesse as demandas do PAA – Emergencial, o que a partir da assessoria técnica em apoio a produção permitiu um aprendizado e mobilização dos envolvidos como treinamento futuro para acesso a novos mercados.

A construção de estratégias de resistência e/ou adaptação desenvolvidas pelos assentados e assentadas na região estudada contribuíram para a revitalização do espaço rural, reafirmando a importância da agricultura familiar no cenário regional, estadual e nacional. Neste contexto, nota-se uma revalorização da capacidade dos assentados e das assentadas em elaborar estratégias coletivas no âmbito da agricultura familiar em um processo de vida digna, com renda com as vendas da produção agroecológica em transição.

Com relação à organização produtiva, os arranjos produtivos locais podem ser considerados como expressão de um conjunto de representações das famílias assentadas (homens, mulheres e filhos) que trabalha e constroem relações com solidariedade e troca de saberes, através de um olhar no qual se nota a realização ao produzir alimentos de qualidade e a possibilidade de escoarem esta produção.

De todo modo, foi possível analisar e refletir que as assessorias dos institutos IDEAH e do BIOATER, tiveram por objetivo realizar o apoio a produção, bem como orientações nos aspectos gerenciais dos processos de organização econômica e acesso a mercados (organização produtiva, arranjos produtivos, assessoria à gestão), principalmente aquele instituído pelo PAA – Emergência.

Por fim, destacamos que o ponto de partida para o sucesso da organização produtiva destes agricultores pode ser justamente a percepção de sua própria identidade de assentado e assentada, o reconhecimento do papel das mulheres e dos filhos e seu significado para a dinâmica da organização, produção e composição da renda. Além disso, o espaço em que se inscreve o trabalho desta comunidade é significativo para os assentados e assentadas, demarcando as estratégias de atuação e também as relações sociais que são estabelecidas dentro desta organização.

REFERÊNCIAS

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), “**Se não reconhece o papel e o trabalho das mulheres, então não é agroecologia**”. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/03/08/se-nao-reconhece-o-papel-e-o-trabalho-das-mulheres-entao-nao-e-agroecologia/>. Acessado em 10 de jan. de 2022.

Banco do Nordeste do Brasil. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF): relatório de resultados 2009**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Coord.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/Diretoria de Educação Ambiental, 2005b. p. 259-266.

BRASIL, Jornal. **Um ano de pandemia: bancos só emprestam 23,7% do que BC liberou**. Disponível em: <https://www.jb.com.br/colunistas/o-outro-lado-da-moeda/2021/03/1029111-um-ano-de-pandemia-bancos-so-emprestam-237--do-que-bc-liberou.html>. Acessado em 10 de nov. de 2021.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Ministério da Cidadania da República Federativa do Brasil** Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. PL 735/2020, dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). **Senado Federal da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143587>>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. *Lei n. 12.188*, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília-DF, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm Acesso em: 28 jan. 2022.

BONAL Philippe; KATO, Karina. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Miranda. (organizadores). Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

BUARQUE, S, C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.

CAPORAL, Francisco Roberto e AZEVEDO Edisio Oliveira (orgs,) **Princípios e Perspectiva da Agroecologia**: Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, pág 50 a 109.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000a.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

EVANS, P. **O estado como problema e solução**. São Paulo, Lua Nova:- Revista de cultura e política, n 28/29. 1993.

GRISA, Catia. et al. O programa de aquisição de alimentos (paa) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Agriculturas**. V. 8 – n. 3: 09/2009.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, Jose E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais/UFRJ/Redesist. 2003, 29p.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**, São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 360.

MESQUITA, Pedro Pucci de. **Reflexões sobre o PRONAF B e a pobreza rural no município de Caucaia, estado do Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

PITA RAMOS, DIEGO. **Análise Sobre a Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Desenvolvimento no Meio Rural no Município de Itabuna – Bahia**. Universidade Estadual de Feira de Santana (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana, 2015.

SANTOS, A. R.; VIANA, C. S. **A Teia dos Povos como pedagogia alternativa: rumo à coletividade dos movimentos sociais do campo**. Anais VII SITRE. Disponível em: <http://sitre.appos.org.br/wpcontent/uploads/2019/04/GT25-%E2%80%93Pedagogias-alternativas-einova%C3%A7%C3%B5es-sociais.pdf>. Acesso em 22.05.2020

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Caderno CRH**, 39: 11- 2003.

SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação do financiamento da agricultura familiar na produção, ocupação e renda**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

TAKAGI, Maya; BELIK, Walter. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. In: ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (ORGs). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.P. 188-207.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/políticas_públicas.pdf. Acesso em: 18/12/2012.

TIZZIOTTI, Catarine Palmieri Pitangui; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Arranjos produtivos locais: uma análise baseada na participação das organizações locais para o desenvolvimento**. Gest. Prod. São Carlos, e 26, n. 2

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

VIANA, C. S. **As Jornadas de Agroecologia da Bahia: espaço de Educação não Formal da Teia dos Povos**. 2017. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017a.

VIANA, C. S.; SANTOS, A. R.; RAMOS, D. P. **As Jornadas de Agroecologia da Bahia: sob a ótica da Educação Formal**. In: XII Colóquio e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico. Anais 2017, UESB, 2017. Pp. 361-365. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6799/pdf_493. Acessado em: 02 de nov. de 2017b.